

# Diogo do Couto: percurso de uma vida e perfil de uma identidade

MARIA CELESTE MONIZ\*

## Introdução

Diogo do Couto não é um autor fácil. Em primeiro lugar, pela grande extensão da sua maior obra, as *Décadas Da Asia*, da quarta à décima segunda, em treze volumes na edição estudada,<sup>1</sup> cobrindo um período de cerca de setenta e quatro anos. Contudo, é imperioso que o investigador alargue o seu horizonte de pesquisa aos outros textos do cronista, nomeadamente às cartas, às *Orações* em atos solenes, à biografia de D. Paulo de Lima Pereira, ao *Tratado dos Gama*, para além das duas versões de *O Soldado Prático*, de que a segunda é a mais conhecida. Só então será possível chegar-se à complexidade do seu pensamento, em íntimo diálogo com o experienciado e o refletido.

Neste trabalho, após um breve comentário à receção do cronista, dedicaremos um capítulo a «A vida e o homem», progredindo ao longo dos momentos mais marcantes, os que mais lhe estruturaram o pensar e o agir; e um outro capítulo a «Um perfil de identidade de Diogo do Couto»,

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 13-25 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Assistente de Investigação do CHAM, FCSH – Universidade Nova de Lisboa; colaboradora do CLEPUL, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Couto, D. do, *Décadas da Asia*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, fac-similada da edição de 1778-88, da Regia Officina Typografica, 1973-4.

no qual procuramos acompanhar a relação que foi estabelecendo com a cultura do seu tempo e as respostas que foi construindo face ao que observava, nomeadamente os seus sonhos de humanista e a crescente frustração que o sufocava no fim da vida.

## 1. Breve perspetivação da receção da obra coutiana

Como se sabe, Diogo do Couto, o cronista quinhentista que por mais tempo cobriu a História do Estado Português da Índia, tem suscitado os mais variados comentários críticos à sua extensa obra, desde a sua exaltação como grande conhecedor dos autores da Antiguidade Clássica, ao azedume pelas suas denúncias dos erros cometidos. Em síntese, poderíamos talvez dizer que essas várias opiniões dos críticos foram acompanhando o evoluir da nossa História na sua sensibilidade a vários modelos culturais. Enquanto as luzes da Antiguidade e a veneração pelos seus grandes ícones nos moldaram o conhecimento e a sensibilidade, o cronista da Índia foi louvado e altamente apreciado pelo seu vasto saber, pela qualidade dos seus dotes oratórios, pela sua formação humanista. Contudo, em momentos de acentuada crise nacional, foram os fatores ideológico-políticos que mais pesaram na avaliação da obra coutiana, não lhe perdando a denúncia vigorosa da má governação, aos vários níveis. Tal foi o caso de Artur Águedo de Oliveira, na sua obra *Libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa*, significativamente publicada pelo Tribunal de Contas, em 1960, o mesmo ano em que, a 22 de Janeiro, Henrique Galvão desencadeara o assalto ao pacote Santa Maria, do qual resultou uma grave crise, com repercussões internacionais para o regime de então, logo seguido pelas guerras coloniais e a perda do Estado Português da Índia, em Dezembro de 1961. Pelo que sabemos, foi Águedo de Oliveira quem primeiro acusou o cronista de traidor e de bajulador (em relação a Filipe II).<sup>2</sup> Referia-se a *O Soldado Prático* na sua

---

<sup>2</sup> «Portugal achava-se [...] dividido em duas facções, a dos invasores e seus aliados e a dos resistentes. [...] Para muitos portugueses [...] Diogo do Couto não seria um puro, um português às direitas, mas um adesivo, um adorador do sol nascente, a cujo calor se aquecia, um traspassado aos dominadores que nunca enjeitaram a compra de influências [...] O que é certo é que *O Soldado Prático* abriu as suas páginas às munições da insídia, às torvas e mordazes maledicências políticas e administrativas que, mais apressadamente que as verdades e as virtudes, correm e encontram eco e também comprador que não regateia [...] Couto era um adesivo, um beneficiário, mais ou menos satisfeito, lisonjeou a Filipe e por ele começou servilmente as suas *Décadas* [...] Não entrega os vizo-reis às feras, mas aponta-os ao poder alheio tirânico que, esse sim, calcava aos pés regalias, foros, leis e provisões. [...] Contra o funcionalismo da Índia, contra os governantes nos mais altos postos – quaisquer que fossem os fac-

segunda versão, a mais conhecida. Tal facto evidencia mais uma grande fragilidade deste crítico. Em relação a Diogo do Couto, como na maioria dos autores, não se pode fundamentar uma análise crítica a partir de uma única obra estudada, pois os riscos de conclusões apressadas e descontextualizadas, logo incorretas, são demasiado graves, além de se abrirem precedentes de interpretação que poderão contaminar a análise de outros investigadores. Este mesmo fenómeno tem afetado a investigação histórica sobre outros grandes vultos do património nacional, nomeadamente o Infante D. Pedro de Avis, personalidade riquíssima, que tem vindo a ser repetidamente vilipendiada pela investigação histórica desde a publicação tardia da obra *O Infante D. Pedro* – escrita no século XVII, mas que continuou manuscrita até ao século XIX - de Gaspar Dias de Landim. Tratava-se de uma encomenda do futuro D. João IV, ainda duque, a um servidor da sua Casa, através da qual procurava recuperar a imagem denegrida do 1º duque de Bragança, inimigo e perseguidor implacável do Infante. De fato, só em 1892 foi publicada em livro pelo historiador e deputado do Partido Regenerador, Luciano Cordeiro. As motivações ideológico-políticas deste autor são também evidentes, nomeadamente a exaltação da dinastia e da Casa de Bragança. Tal publicação foi a resposta de Luciano Cordeiro à conhecida obra de Oliveira Martins *Os Filhos de D. João I*, publicada inicialmente na *Revista de Portugal*, de 1889 a 1890, e em livro em 1891, obra em que a figura do Infante D. Pedro é largamente estudada e muito elogiada, enquanto o 1º duque de Bragança, D. Afonso, seu meio-irmão, porque filho bastardo de D. João I, é severamente criticado.

## 2. A vida e o homem

Tentemos seguir os momentos mais significativos da vida deste homem, buscando neles as marcas estruturantes do seu carácter, apoiando-nos no seu mais reconhecido biógrafo, Manuel Severim de Faria.

Couto terá nascido em Lisboa, em 1542. Teve por pais Gaspar do Couto, que servia o Infante D. Luís, por cedência de D. Manuel, e Isabel Serrão de Calvos, por quem o autor das Décadas seria primo segundo do grande pregador, o padre Luís Álvares, S. J.. Diogo do Couto viu, assim, abertas as portas do paço, entrando ao serviço do Infante, por quem sentia um amor verdadeiramente filial e que sempre o protegeu, proporcionando-

---

tos – levantou-se uma maré feíssima de suspeições e calúnias, pretendendo ataca-los e denegri-los na sua honra e na sua reputação, minando e abafando a sua autoridade e prestígio.» (A. A. de Oliveira, 1960, pp. 31, 36 e 97).

lhe uma educação exemplar para a época, através de mestres de primeiríssima grandeza, pois reconhecia no seu protegido qualidades intelectuais excepcionais. Vale a pena demorarmos-nos um pouco na análise das grandes virtudes deste príncipe, modelo perfeito do ideal de cavalaria da época, cujo convívio com o cronista, nos seus verdes anos, o terá marcado profundamente como protótipo de perfeição possível, à luz do qual ele iria julgar os seus contemporâneos. Reis, vice-reis/governadores, capitães de fortalezas ou de armadas, funcionários estatais, todos foram julgados pelo cronista da Índia à luz desse paradigma.

Por decisão de D. Manuel, o Infante tivera como mestre o ilustre Lourenço de Cáceres, o qual fizera desabrochar no seu discípulo a coroa das virtudes humanistas e cristãs, que a abundante literatura pedagógico-normativa da época se esforçava por divulgar nos chamados espelhos dos príncipes e princesas das cortes da Europa. De entre tais virtudes sobressaíam: o domínio estoico das paixões, a sabedoria e a prudência no governo da *res publica*, a justiça e a isenção para com os súbditos, a liberalidade na distribuição de mercês, como manifestação da ligação afetiva que deveria existir entre senhor e vassalo. De notar, que a defesa destes princípios como base de uma harmoniosa relação de interdependência social já havia sido largamente exposta pelo Infante D. Pedro de Avis no seu *Livro da Virtuosa Benfeitoria*.

Contudo, D. Luís morreu em 1555 e com ele apagou-se também a estrela benfazeja que brilhara sobre Diogo do Couto nos felizes anos da sua infância e início da adolescência, tanto mais que foi seguida, dois anos depois, pela morte do pai. Servindo ainda como moço de câmara no paço, cedo se apercebeu de que o espírito profundamente elitista da casta fidalga portuguesa jamais lhe concederia qualquer hipótese de desenvolvimento das suas capacidades e aspirações, de acordo com o projeto do seu protetor. Foi, certamente, a percepção clara de que, afinal, não vivia numa república platónica de filósofos, que o levou a abandonar o sonho da carreira das Letras e a assumir a das Armas, no sonho coletivo dos menos favorecidos pelo nascimento, que procuravam na Índia a oportunidade de ganhar honra pessoal e mérito junto do rei.

Couto terá partido com quinze ou dezassete anos, logo bastante mais novo que Fernão Mendes Pinto ou Camões. Serviu valorosamente como militar durante dez anos consecutivos. Dessa experiência deixou-nos notícia nas suas Décadas, sobretudo na VII e na VIII, de acordo com uma clara intenção de intervir na sua crónica. Regressou, então, a Lisboa, em 1569, requerendo despacho pelos seus serviços como guerreiro. Na viagem, em Moçambique, encontrou-se com Luís de Camões, com o qual

manteve laços de profunda amizade. Comungavam ambos da mesma ideologia e da mesma frustração: o contacto com os Clássicos iluminaralhes os espíritos e eles haviam sonhado com uma república de homens sábios e sensíveis, que numa mão tivessem a espada e na outra a pena. Pretendiam erguer-se acima das misérias humanas e das paixões mesquinhas, atingindo a vivência e a fruição das mais altas virtudes e recompensas destinadas aos que conseguem ascender, mais por mérito próprio do que pela herança do sangue, à dádiva divina da imortalidade. A pedido de Camões, Couto chegou a comentar parte de *Os Lusíadas*, não tendo, no entanto, concluído o Canto V. Este contacto com o grande poeta épico português constituiu, a nosso ver, um novo momento fundamental na desilusão de Couto em relação aos homens do seu tempo. Acreditamos que a imagem miserável do *Príncipe dos Poetas*, que ele encontrou em Moçambique, sempre indomável e livre, plenamente consciente da sua dignidade de criador genial, o tivesse marcado até ao último dos seus dias.

Regressaria à Índia em 1571. A sua opção estava definitivamente tomada e ele não voltaria a Lisboa. Casou com D. Luísa de Mello, de família nobre, irmã do padre agostinho Frei Adeodato da Trindade, que iria ser o seu procurador no reino. Abandonou a carreira das armas e passou a ser o principal responsável pela gestão dos armazéns de abastecimento de Goa. No entanto, ao longo de todo esse tempo, a sua imensa curiosidade de humanista e de homem de letras não adormecera. O seu olhar arguto e atento manteve-se vivo sobre tudo o que o rodeava. E lia, certamente, muito. Tem-se louvado a invulgar memória do cronista. Ela é bem patente na capacidade que teve de pôr à prova, já muito perto da morte, ao reformular as obras que lhe haviam sido roubadas. Contudo, é impossível, em nossa opinião, referir tantos e tão variados autores clássicos e modernos sem uma leitura atualizada e recente. Todavia, e ainda a este respeito, um outro fator nos parece fundamental: Couto teve apenas uma filha, que morreu jovem. Logo, ao velho cronista nem o prazer de criar e de se rever nos seus descendentes diretos foi concedido. Tudo parece ter-lhe murchado e secado nas mãos. Natural é, pois, que se tivesse refugiado nas letras, nos livros, no mundo libertador do espírito. O rigor, a entrega total e honrada com que assumiu o desempenho dos vários cargos que lhe foram concedidos ao longo da vida são disso prova evidente.

Em 1595, Filipe II nomeou-o cronista do Estado da Índia e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, criada, aliás, por sugestão sua, a fim de tentar preservar para a História os documentos que andavam dispersos

pelas instituições administrativas ou nas mãos de particulares, tendo-se muitos perdido irremediavelmente.<sup>3</sup>

É à volta desta nomeação que se adensam as nuvens escuras sobre a personalidade de Diogo do Couto, sobretudo após a publicação do opúsculo de Águedo de Oliveira, como ficou dito. A nosso ver, tal interpretação enferma de uma abordagem deficiente e desfocada em relação às motivações profundas do escritor. Mas iremos desenvolver este assunto no capítulo seguinte, quando tentarmos esboçar um perfil da sua identidade.

Diogo do Couto chegou ao fim dos seus dias em Goa, no dia 10 de Dezembro de 1616. Tinha setenta e quatro anos, uma vida excepcionalmente longa para a época. A sua vitalidade intelectual atesta-se pelo facto de haver mantido a sua produção escrita até ao fim, pois o seu último texto conhecido, a carta *Ao Muito Catholico E Poderoso Monarca Das Hespanhas D. Filippe Rey De Portugal O Segundo Do Nome Nosso Senhor*, na qual se queixava do roubo das Décadas VIII e IX, é datada do ano da sua morte. Partiu profundamente desiludido com os homens do seu tempo e com os ventos contrários ao interesse nacional, que já sopravam demasiado fortes, preanunciando a decadência dos povos peninsulares e dos seus impérios, face à pressão cada vez maior e mais sufocante dos novos senhores do mundo, também europeus, movidos pela sua insaciável ambição e por um terrível pragmatismo, que reduziam a cinzas o velho universo do culto da honra ibérica.

### 3. Um perfil de identidade de Diogo de Couto

Sendo um homem de vasta cultura, Diogo do Couto refletia a mundividência do seu tempo, especialmente a ibérica. Não admira, pois, que a sua conceção de História fosse marcada por um forte providencialismo. Deus era o senhor absoluto dos destinos dos homens e dos estados. Os pecados cometidos na sua miséria moral eram duramente castigados pelo Senhor dos senhores, quer se tratasse de injustiças, quer de roubos praticados unicamente para proveito próprio, quer até de atos de traição à fé católica e à pátria (nomeadamente os *renegados*). É nesta perspetiva

---

<sup>3</sup> Este é um dos tópoi preferidos de Couto. Apenas como exemplo, citamos: «[...] e de todos os Capitães destas tres Armadas não achámos os nomes, buscando-os nós nos livros dos provimentos dellas, que são todos estragados de andarem aos tombos pelas casas dos Escrivães de Fazenda.» (Déc. IV, Segunda Parte, Livro VI, Cap. VI, pp. 42-3).

de castigo coletivo pelos muitos vícios acumulados pelos insensatos, que o cronista integra os temíveis naufrágios. Contudo, era esse mesmo Deus quem, protetor do Seu povo, porque protagonista privilegiado no esforço de cristianização das gentes e barreira ao poder avassalador dos Turcos-Otomanos e seus aliados no Índico, zelava amorosamente pela sobrevivência do Estado da Índia, para além da incúria e da má gestão dos homens. Amparava-os nos duros combates, nomeadamente durante os terríveis cercos sofridos, e na capacidade de resistência aos inimigos, apesar das miseráveis condições em que algumas fortalezas se encontravam<sup>4</sup>. Era esse fundamental binómio entre proteção divina e o excepcional valor militar dos Portugueses, sobretudo a sua incomum coragem heroica,<sup>5</sup> que constituíam o alicerce fundamental do Estado da Índia na visão coutiana.

Mas, para além do providencialismo, outra grande marca perpassa pela obra coutiana: a perspectiva pedagógica com que concebia a História e o registo cronístico. Estruturara essa visão nas vastas leituras dos autores clássicos com quem conviveu desde muito jovem e de forma continuada ao longo de toda a vida, nomeadamente Tito Lívio, que tão profundamente marcara também o cronista da Ásia seu antecessor, João de Barros. Ao registo histórico cumpriam várias funções na edificação e educação nacionais: *docere*, instruindo os homens sobre os grandes feitos dos heróis, não só no presente, mas também preservando a sua memória para conhecimento das gerações futuras; *delectare*, pelo que o discurso deveria ser agradável, claro, permitindo deleite à sua leitura; *movere*, para que tal conhecimento gerasse o anseio louvável de assumir para si os modelos de tais heróis, perpetuando assim a grandeza do estado pela

---

<sup>4</sup> A propósito do terrível cerco a Chaul, no tempo de D. Luís de Ataíde, narra o cronista: «[...] e sobre todas esteve em maior aperto a estancia de Diogo Soares de Albergaria por ter huns portaes tão devassos, que não tinham mais tapume que huns feixes de rama, senão quanto na paragem mais perigosa tinha hum limoeiro que se cortou em hum quintal, á sombra do qual estavam os nossos amparados como bugios á sombra de qualquer arvore, ou folha verde.» (Déc. VIII, Cap. XXXVIII, p. 415).

<sup>5</sup> Comentando o segundo cerco de Diu, um dos piores, escreve: «Estava neste tempo a fortaleza tão destroçada por todas as partes, que quem de fóra a via, parecia que se não podia defender, nem sustentar a hum muito pequeno poder, quanto mais a tamanho exercito, a tão potente artilheria, e a tantos outros instrumentos de guerra, porque nem tinha muros, nem cousa, que pudesse amparar os de dentro, mais que os seus valorosos peitos, que todos apresentáram ás furiosas bombardas, e ás muitas, e mui amiudadas espingardas, e áquellas espessas nuvens de fréchas, e labaredas de pólvora, que cahiam sobre todos, e assim se podia dizer por estes o que Agisilao pelos Lacedemonios, que suas Cidades não tinham outros muros, mais que os peitos dos seus Cidadãos.» (Déc. VI, Parte Primeira, Livro III, Cap. II, p. 181).

formação estoica dos seus jovens. De facto, Diogo do Couto assume-se claramente nos seus ideais de cavalaria cristã, segundo o modelo vivo que lhe fora transmitido pelo seu protetor, o Infante D. Luís. Anseia desesperadamente pelos grandes heróis do passado, que haviam levantado, estruturado e fortalecido o Estado da Índia, gente de fibra como Afonso de Albuquerque, D. João de Castro e tantos, tantos mais. Gente que fizera tremer e sustar os ataques sempre renovados dos incontáveis inimigos do Estado Português da Índia, porque a única lei que conheciam era a força do adversário, já que os enganosos tratados de paz e amizade com eles celebrados logo eram quebrados segundo os interesses dos senhores locais. Por experiência acumulada, estes heróis sabiam que a estrutura mental dos asiáticos em nada se assemelhava à dos europeus. Por isso, só a força das armas ou os riquíssimos presentes os detinham. Os Portugueses não tinham condições para alimentar a voracidade de luxo de todos os seus inimigos, por isso a guerra era o caminho mais seguro para manter o Estado. Por isso, também, o cronista vê com a maior preocupação os caminhos por que se ‘desviavam’ as novas gerações, mais fidalgos-mercadores, que fidalgos-guerreiros.

Para além desta realidade, num processo preocupantemente progressivo, Couto assistia, com pavor, ao crescimento da ameaça, mais e mais ousada, da pirataria europeia, sobretudo inglesa e holandesa, sendo estes últimos os mais temíveis, cruéis e carneiros inimigos, movidos pelo seu profundo ódio às potências ibéricas.

Mas há ainda que refletir sobre a sua lúcida crítica sociopolítica ao Estado Português da Índia do seu tempo. Como vimos, nem sempre essa arguta crítica foi bem recebida, dividindo os críticos que oscilaram entre o apoio entusiástico, nomeadamente à coragem com que denunciava os males da Índia, e os que o acusavam de traição e de bajulação do rei estrangeiro, para além de o acusarem também de exibicionismo retórico. Luís de Sousa Rebelo veio clarificar com lucidez a polémica, ao declarar, referindo-se à segunda versão de *O Soldado Prático*: «A erudição de Couto nesta obra não é gratuita, nem constitui ornato retórico, como se tem crido, mas forma parte integrante da sua escrita».<sup>6</sup>

É, de facto, na experiência dos clássicos e na riqueza do seu legado para a humanidade, que Diogo do Couto vai buscar a essência das suas ideias, com as quais procura iluminar o espírito dos seus concidadãos, alertando-os para o perigo de uma derrocada efetiva do Estado da Índia. Mas

---

<sup>6</sup> Rebelo, L. de S., «Armas», in *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, 1977, p. 443.



este autor vai ainda mais longe, constituindo uma reviravolta significativa nos estudos coutianos, ao aproximar a carta-dedicatória ao Conde de Salinas e Ribadeo, que Couto escreveu de Goa, a 2 de Janeiro de 1612, concretamente a alusão direta ao «Silenos de Alcibiades» e o adágio *Sileni Alcibiades* de Erasmo, de 1517. Efetivamente, há muitos pontos comuns ao pensamento de Erasmo, não tanto em relação ao *Elogio da Loucura*, mas ao *Enchiridion Militis Christiani*, obra largamente difundida na Europa de então. Além disso, já Marcel Bataillon<sup>7</sup> e Pina Martins<sup>8</sup> se haviam referido à influência de Erasmo em vários humanistas portugueses, nomeadamente em Camões. Em *Erasmus y España*, Marcel Bataillon, como se sabe um dos grandes especialistas em Erasmo, dedica todo um subcapítulo às traduções do adágio erasmiano *Sileni Alcibiades*, a que Couto se refere na referida carta.<sup>9</sup> De qualquer forma, é assunto que necessita maior estudo e reflexão.<sup>10</sup>

Abordemos por fim, a questão da sua nomeação como cronista do Estado da Índia, por Filipe II. Em primeiro lugar, há que notar que as cartas em que se autopropõe para o cargo são datadas de 1589 e 1593, logo não podemos facilmente acusá-lo de bajulação oportunista face ao novo monarca, mas antes sentir-lhe um desapontamento progressivo, quase contínuo, em relação às instituições e aos governantes. A sua crítica a D. Sebastião é particularmente dura, nomeadamente a execução vergonhosa de D. Jorge de Castro, velho capitão da fortaleza abandonada de Chale, e a deposição do vice-rei D. António de Noronha, ambas decididas com espantosa leviandade pelo rei, na perspectiva do cronista. Que diferença da magnanimidade e da delicadeza cortês do Infante D. Luís! Mas também D. João III e o próprio Filipe II foram julgados pelo cronista à luz do seu elevado conceito de governação régia. Em relação ao Prudente, referimos a passagem em que Couto lhe lembra as obrigações que tem para com os seus vassallos, preservando-lhes os direitos adquiridos.<sup>11</sup> Além disso, que outro rumo se oferecia ao Portugal pós Alcácer-Quibir? Se o Estado vinha já dando sinais claros de exaustão, após o desaparecimento

<sup>7</sup> Cf. Bataillon, M., *Études sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1974, *passim*.

<sup>8</sup> Cf. Martins, J. V. de P., «Camões e o Renascimento», in A.A.V.V., *Épica. Épicas. Épica Camoniana*, Lisboa Edições Cosmos, 1997, *passim*.

<sup>9</sup> Cf. Bataillon, M., *Erasmus y España. Estudios sobre la Historia Espiritual del Siglo XVI*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 309-315.

<sup>10</sup> Para mais alguma informação sobre este assunto, nomeadamente alguns aspetos da influência de Erasmo em Couto, ver Moniz, M. C., «Diogo do Couto: o interventor ético-político», in *Glória e Miséria nas Décadas Da Asia, de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 21-32.

<sup>11</sup> Cf. Déc. X, Segunda Parte, Livro VIII, Cap. VI, pp. 295-6.

do rei, sem descendência direta, sem a fina flor da nobreza guerreira que o acompanhara na empresa africana, tudo parecia ir precipitar-se num grande naufrágio nacional. Filipe II era então o soberano fiel a Roma, com poder para enfrentar a avassaladora onda das novas potências europeias, revitalizadas nos seus nacionalismos pelo movimento reformista e lançadas com ímpeto e cobiça na pirataria contra as possessões ibéricas. Não é de admirar que grandes vultos nacionais, como D. Jerónimo Osório, o «Cícero Português», bispo de Silves e mestre de D. Sebastião, tenham defendido a causa filipina, juntamente com o que restava da nobreza. O cronista, atento, tudo isto vinha interiorizando, mergulhando mais e mais numa frustração sufocante, a qual se tornou obsessão e verdadeiro pesadelo, temendo desesperadamente pelo futuro do Estado Português da Índia. É nas cartas dirigidas no fim da vida ao seu grande amigo, o vice-rei D. Francisco da Gama, e nas *Orações* proferidas nos momentos solenes da tomada de posse dos novos vice-reis, que sentimos a sua indizível angústia. Chega a identificar-se plenamente com o próprio Estado da Índia: «[...] mas consolo-me que pois a India padece tantos naufrágios, e tribulações, que he justo que o seu Chronista corra com ella huma mesma fortuna».<sup>12</sup> Ou ainda esta passagem de uma outra carta, também dirigida a D. Francisco da Gama: «Nas matérias do estado dêe me V. S. licença para não tratar porque me canssão e me matão».<sup>13</sup>

Mas também como guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, o desaparecimento de Diogo do Couto teve consequências trágicas, segundo testemunhos do mesmo D. Francisco da Gama<sup>14</sup> e do arcebispo de Goa: «[...] e se poerá nesta Torre do Tombo que está em tal miseria que não há nella hu só papel em que se faça fundamento nem ainda para dar lume a jstoria, a que tenho grã lastima e vou dando o remedio que me he factível».<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> Carta a D. Francisco da Gama, datada de Goa, a 27 de Dezembro de 1607, existente na Biblioteca Nacional de Portugal, com a cota Mss. 71, N. 25, fl. 4.

<sup>13</sup> Carta a D. Francisco da Gama, de Goa, a 17 de Dezembro de 1608, também existente na B.N.P., com a cota Mss. 206, N. 289, fl. 2.

<sup>14</sup> «Eu achey a Torre do Tombo notavelmente desbaratada porque depois que falleceo Diogo do Couto as pessoas que ali servirão não tinham curiosidade para tratar bem os livros e papeis que nella havia (...)», Carta de D. Francisco da Gama ao rei [Filipe III de Espanha e II de Portugal], de Goa, com a data de 4 de Março de 1626, publicada por António Baião in *Décadas de Diogo do Couto*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1947, Vol. I, pp. XLVII-IX.

<sup>15</sup> Carta do arcebispo de Goa ao rei, datada de 19 de Agosto de 1631, publicada também por António Baião, na mesma edição, Vol. I, p. LIII.

## Conclusão

Em 1992, Eduardo Lourenço escrevia:

Leccionados pela História [...] chegou o tempo de nos vermos tais como somos, o tempo de uma nacional redescoberta das nossas verdadeiras riquezas, potencialidades, carências, condição indispensável para que algum dia possamos conviver connosco mesmos com um mínimo de naturalidade.<sup>16</sup>

Eis-nos de regresso à Europa, mas com uma identidade coletiva riquíssima, por nos termos derramado e embebido as nossas próprias raízes em culturas de gentes de todo o planeta. Curiosos, sensíveis ao outro, com uma invulgar capacidade de adaptação a imprevistos e urgências, tornámo-nos excelentes embaixadores no mundo. Contudo, carregamos connosco uma carga excessiva de idealismo, que nos perturba o raciocínio e nos faz tropeçar na leitura da realidade. Falta-nos pragmatismo. Encerrados em ideologias, temos muita dificuldade em aceitar opiniões contrárias à nossa. São grandes obstáculos de mentalidade secular que só a educação, portadora de uma maior abertura mental, pode ultrapassar.

Há que também perceber que a História nacional e internacional não se restringe aos dois últimos séculos, já que a identidade dos povos se constrói lenta e imperceptivelmente ao longo dos séculos ou mesmo milénios. Por isso, é muito desejável um revigoramento da investigação sobre o passado distante. Nesse recuar no tempo, a obra do grande cronista do Estado da Índia, na sua totalidade e na sua complexidade, ocupa um lugar cimeiro, mas é preciso que os investigadores façam um real esforço para controlar as suas motivações pessoais, nomeadamente as ideológicas, para que Diogo do Couto possa, efetivamente, exercer a sua maior aspiração como humanista: ser educador das novas gerações nacionais e, assim, contribuir decididamente para a construção de um futuro coletivo mais sólido, porque mais conscientemente assumido no pleno exercício da cidadania de cada um.

---

<sup>16</sup> Lourenço, E., 1994, pp. 47-8.

## Referências bibliográficas

- A.A.V.V. *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Actas do Congresso Internacional*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade, 1993.
- Anónimo, «Dom Luiz, Infante de Portugal, Filho d’el Rei Dom Manoel», in *Retratos e Elogios de Varões e Donas, que Illustraram a nação Portuguesa em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, assim Nacionais, como Estranhos, tanto Antigos, como Modernos*, Tomo I, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1857, pp. a, aii e seguintes.
- Baião, António, «Prefácio» das *Décadas de Diogo do Couto*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1947.
- Bataillon, Marcel, *Études sur le Portugal au Temps de l’Humanisme*, Paris, Fundação Calouste de Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1974.
- , *Erasmus y España. Estudios sobre la Historia Espiritual del Siglo XVI*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- Buescu, Ana Isabel, *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- Couto, Diogo do, *Carta a Dom Francisco da Gama*, datada de Goa, a 27 de Dezembro de 1607, (cópia do século XIX), B.N.P., com a cota Mss. 71, n.º 25.
- , «Carta de Diogo do Couto, ao Conde de Salinas e Ribadeo, Duque de Vila-Franca, do Conselho Supremo do Estado de S. Magestade, escrita de Goa, a 2 de Janeiro de 1612, in *O Soldado Pratico*, edição da responsabilidade do Prof. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1937.
- , *Carta para o vice-rei D. Francisco da Gama sobre o estado da India*, datada de Goa, a 17 de Dezembro de 1608, (cópia do século XIX), B.N.P., com a cota Mss. 206, n.º 289.
- , *Décadas Da Asia*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, fac-similada da edição de 1778-88, da Regia Officina Typografica, 1973-4.
- , *O Soldado Pratico*, edição da responsabilidade do Prof. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1937.
- Erasmus, *Enchirion Militis Christiani*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1971.
- , *Érasme. Éloge de la Folie. Adages. Colloques. Réflexions sur l’Art, l’Éducation, la Réligion, la Guerre, la Philosophie. Correspondance*. Édition établié par Claude Blum, André Godin, Jean-Claude Margolin et Daniel Ménager, Paris, Éditions Robert Laffont, 1992.
- Jacob-Duvernet, Luc, *Le Miroir des Princes. Essai sur la Culture Stratégique des Élites qui nous Gouvernent*, Paris, Seuil, 1994.
- Lara, Manuel Toñon (Dir.), *Historia de España*, Vol. V, *La Frustración de un Imperio (1476-1714)*, Barcelona, Editorial Labor, 1993.
- Lourenço, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988.

- , *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1994.
- Martins, José V. de Pina, «Camões e o Renascimento», in A.A.V.V., *Épica. Épicas. Épica Camoniana*, Lisboa, Edição Cosmos, 1997.
- Moniz, António Manuel de Andrade, *A História Tágico-Marítima: Rosto de uma Identidade numa Poética da Condição Humana*, dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- Moniz, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas Da Asia, de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.
- Oliveira, Artur Águedo de, *O Libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa*, Lisboa, Tribunal de Contas, Sociedade Progresso Industrial, 1960.
- Rebelo, Luís de Sousa, «Armas», in *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria da Literatura*, sob a direção de João José Cochofel, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, pp. 443-6.